

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MASSACHUSETTS

John Adams Courthouse
One Pemberton Square, Suite 1200
Boston, MA 02108
(617) 725-8106

<http://www.mass.gov/courts/appealscourt/>

TERMO DE PAUTA DE RECURSO PENAL INSTRUÇÕES

Todo recorrente ou recorrente adesivo, salvo parte autorrepresentada que se encontra sob custódia do estado, é obrigado a ajuizar o termo de pauta anexo no máximo 14 dias após a expedição do termo de protocolo do recurso.

Em processos onde não há segredo/sigilo de justiça, todos os advogados precisam protocolar o termo de pauta eletronicamente, usando o sistema eFileMA.com. Em processos onde há segredo/sigilo de justiça, os advogados podem escolher entre usar o sistema eFileMA.com ou então efetuar o protocolamento pelo correio ou em pessoa no Tribunal de Justiça. As partes autorrepresentadas podem escolher a forma de protocolamento que preferirem. No sistema eFile, pode-se pedir isenção da taxa de conveniência usando uma conta de usuário isento [*waiver account*].

Todos os campos, inclusive a certidão de notificação, precisam ser preenchidos. Se a informação solicitada não se aplica ao seu processo, escreva "N/A." Se o espaço fornecido não for suficiente, anexe folha adicional. Termos de pauta incompletos serão rejeitados.

O termo de pauta e a certidão de notificação podem ser assinados eletronicamente pela pessoa que está protocolando o termo de pauta. O formato correto da assinatura eletrônica é "/s/" seguido do nome do assinante, p. ex. "/s/ Jason Jones." Se todas as partes concordarem, o envio da notificação por correio eletrônico cumprirá os ditames da *Mass.R.A.P. 13(c)*.

Vide as instruções para cada seção se houver dúvida sobre a informação requisitada.

Seção 1. Forneça o nome de cada recorrente ou recorrente adesivo pelo(s) qual(is) este termo de pauta está sendo protocolado.

Seção 2. Se o termo de pauta está sendo protocolado por um advogado, forneça o nome completo do advogado e o número do seu registro na ordem dos advogados. Se o protocolante é parte autorrepresentada, marque a caixa na segunda linha e forneça o nome completo.

Seção 3. Informe qual a vara e jurisdição do juízo (por ex. *Chelsea District Court*) na subseção (a). Forneça o número do(s) processo(s) na instância inferior na subseção (b). Na subseção (c), cite o juiz proferidor de cada mandado ou sentença da qual você está recorrendo. Se um juiz julgou um pedido, mas você não está recorrendo desse pedido, não é necessário citar esse juiz. Na subseção (d), cite a lei ou mandado que justifica que este processo ou parte dele esteja sob segredo/sigilo de justiça. Para fins desse documento, isso inclui qualquer parte dos autos que seja considerada sigilosa, vedada/indisponível ao público, ou secreta conforme lei, mandado judicial, regra processual, ou diretriz geral.

Seção 4. No menu suspenso, selecione a melhor descrição da natureza do processo sendo recorrido.

Seção 5. A seção 5 pede informações sobre o histórico processual da ação. Na subseção (a), indique a natureza do recurso dentre as opções. Na subseção (b), marque todas as opções que se aplicam. Na subseção (c) indique se o recurso envolve decisão sobre pedido de desentranhamento de prova e se o juiz expôs seu convencimento ao decidir. Na subseção (d) cite cada infração imputada, a solução dada, e a pena imposta, mesmo se a solução de alguma infração não é a causa do recurso. Na subseção (e), indique se o réu está sob custódia na data em que o termo de pauta está sendo protocolado. Na subseção (f), indique o endereço/direção atual do réu. Na subseção (g), indique se a pena imposta ao réu está suspensa e se for o caso, cite a data do mandado de suspensão da pena e o nome do juiz expedidor.

Seção 6. Cite qualquer recurso relacionado a este. A relação pode ser por que as mesmas partes estão envolvidas ou então porque as mesmas questões estão em jogo. Se o fator comum é as partes, cite todos os recursos julgados, em trâmite, ou previstos. Se o fator em comum é a questão recursal, cite somente os recursos em trâmite ou previstos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MASSACHUSETTS
TERMO DE PAUTA DE RECURSO PENAL

Número do processo no TJ _____ -P- _____

Estado de Massachusetts v. _____

1. Qualificação das partes

Nome do recorrente(s) ou recorrente adesivo(s) em prol do qual este termo está sendo ajuizado:

2. Dados do advogado

Nome : _____ registro na ordem dos advogados _____

marque aqui se você é autorrepresentado e escreva seu nome completo _____

3. Dados sobre a instância inferior

a. Vara _____

b. Número do processo(s) na instância inferior _____

c. Dê o nome e função de cada juiz de cujas decisões você está recorrendo

nome completo do juiz _____	função _____	Proferiu a sentença
		Julgou o pedido
		Consultou o plenário do STE
		Conduziu o julgamento

nome completo do juiz _____	função _____	Proferiu a sentença
		Julgou o pedido
		Consultou o plenário do STE
		Conduziu o julgamento

nome completo do juiz _____	função _____	Proferiu a sentença
		Julgou o pedido
		Consultou o plenário do STE
		Conduziu o julgamento

d. Decretou-se sigredo/sigilo de justiça na instância inferior sobre o processo ou sobre certos dados? (vide Seção 3) sim não

Além de fornecer os dados abaixo, ao ajuizar uma peça de razões ou apêndice de peças dos autos principais que incluem material sigiloso/secreto, as partes precisam cumprir as seguintes regras processuais: *Uniform Rule on Impoundment Procedure Rule 12(c)*, *Supreme Judicial Court Rule 1:15 s. 2(c)*, and *M.R.A.P. 16(d), 16(m), 18(a), and 18(g)*. Se existe sigilo/secreto de justiça sobre o processo ou qualquer material relacionado a ele, é preciso especificar qual o material secreto/sigiloso e citar o embasamento (lei ou mandado, p. ex.) para tal :

4. Natureza do processo

Selecione a melhor descrição, ou dê outra:

Confissão premiada

Crime contra a propriedade

Menor infrator/imputável

Homicídio culposo

Infração de trânsito

Homicídio doloso de 2º grau

Posse: Entorpecentes

Posse: Arma

Posse: Pornografia

Posse: Outra, a saber: _____

Regime de prova/indenização

Crime contra a ordem pública

Consulta ao plenário do STE

Reabilitação penal/expurgo de condenação

Crimes contra a liberdade sexual

Outra, a saber: _____

5. Natureza processual da ação

a. Natureza do recurso Recurso da promotoria Recurso do réu Ataque colateral do réu

b. Recorre-se de (marque todas as opções que se aplicam):

decisão julgamento julgamento monocrático decisão pós-condenação
interlocutória por júri

c. Se o recurso envolve pedido de desentranhamento de provas, o juiz expôs seu convencimento nos autos? sim não

Se for o caso, o convencimento: foi exposto em termo foi exposto verbalmente e depois transcrito

d. Cite cada infração imputada, a solução, e qualquer pena que tenha sido imposta:

e. O réu está sob custódia do estado? sim não

f. Endereço/direção atual do réu: _____

g. Há algum mandado suspendendo a execução da pena? sim não

Se for o caso, qual a data do mandado: _____

E o nome do juiz que decretou a suspensão: _____

6. Recursos relacionados (apenas processos no TJ ou STE)

a. Há no Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Estadual algum recurso ou ação originária julgado, em trâmite, ou previsto que envolve estas partes ou esse processo? sim não

b. Você está ciente de algum recurso em trâmite ou previsto que lida com as mesmas questões? sim não

c. Se qualquer das duas respostas for "sim", cite o nome e número do processo e descreva a questão relacionada. Se a questão é a interpretação de alguma lei ou jurisprudência, cite essa lei ou jurisprudência.

Respeitosamente,

assinatura

endereço/direção

registro na ordem dos advogados

CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO

Conforme reza a *Mass.R.A.P. 13(d)*, declaro sob pena de falso testemunho que no dia _____
compartilhei cópia do termo de pauta protocolado em prol de

_____ com o advogado que consta dos autos de cada parte, ou
então diretamente com a parte autorrepresentada,

eFileMA.com
em mãos
por correio
por e-mail

enviada às seguintes pessoas nos seguintes endereços. NB: A notificação por e-mail só pode ocorrer com o consentimento da parte ou do advogado:

assinatura

telefone

endereço/direção